

Revisão 2018/2019

# Plano Diretor

## Pinheiro Preto

## Prognóstico



## Um Novo Jeito de Pensar Pinheiro Preto!

Realização:



Município de Pinheiro Preto



Consórcio Intermunicipal Catarinense

# PROGNÓSTICO

**Revisão do Plano Diretor de Pinheiro Preto**





## EQUIPE TÉCNICA

**Luiz Gustavo Pavelski**  
Engenheiro Florestal  
CREA-SC 104797-2

**Mauricio Perazzoli**  
Engenheiro Ambiental  
CREA-SC 98322-7

**Raquel Gomes de Almeida**  
Engenheira Ambiental  
CREA-SC 118868-3

**Raphaella Menezes**  
Geóloga  
CREA-SC 138824-3

**Guilherme Müller**  
Biólogo  
CRBio03 053021/03-D

**Maurício de Jesus**  
Engenheiro Sanit. e ambiental  
CREA-SC 147737-1

**Stella Stefanie Silveira**  
Arquiteta e Urbanista  
CAU A 190893-6

**Clarissa Anrain**  
Arquiteta e Urbanista  
CAU A 63814-5

**Franciele Verginia Civiero**  
Arquiteta e Urbanista  
CAU A112527-3

**Mayara Zago**  
Engenheira Civil  
CREA-SC 147796-6

**Ana Carolina Colombo**  
Engenheira Civil  
CREA-SC 148018-3

**Gustavo Marcondes**  
Bel. Em Direito e Corretor  
CRECI 31961F

**Luís Felipe Braga Kronbauer**  
Advogado  
OAB-SC 46772

**Coordenação**  
**Dr<sup>a</sup>. Cassandra Helena Faes**  
Arquiteta e Urbanista  
CAU A 294160

## APOIO OPERACIONAL

**Morgana Ogliari da Silva**  
Estagiária de Arquitetura e Urbanismo

**Sabrina Solonynska Dias**  
Estagiária de Arquitetura e Urbanismo

**Letícia Geniqueli Reichardt**  
Estagiária de Engenharia Sanit. e ambiental

**Celso Afonso Palhares Madrid Filho**  
Estagiário de Geografia

## REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

**Moisés Diersmann**  
Presidente do Consórcio CIMCATARINA  
Prefeito de Luzerna/SC

**Pedro Rabuske**  
Prefeito Municipal de Pinheiro Preto

**Milena Andersen Lopes Becher**  
Vice-Presidente do Consórcio CIMCATARINA  
Prefeita de Vargem-SC

**Marcia Bressan da Cruz**  
Vice-Prefeita Municipal de Pinheiro Preto

**Elói Rönnau**  
Diretor Executivo do Consórcio CIMCATARINA

**Fabiana Orçatto**  
Secretária Municipal de Administração



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE**  
Rua General Liberato Bittencourt, 1885,  
13º Andar, Sala 1305  
Bairro Canto, CEP 88.070-800,  
Florianópolis/Estado de Santa Catarina



**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**  
Av. Arthur Costa e Silva, 111 - Centro,  
CEP 89.570-000



## LISTA DE TABELAS

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1 - Eixo econômico e social.....                           | 6  |
| Tabela 2 - Eixo de estruturação urbana. ....                      | 8  |
| Tabela 3 - Eixo de mobilidade urbana. ....                        | 10 |
| Tabela 4 - Eixo de qualificação ambiental. ....                   | 11 |
| Tabela 5 - Eixo proteção do patrimônio histórico e cultural. .... | 14 |



## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| APRESENTAÇÃO.....                                     | 5  |
| 2 OBJETIVOS, DIRETRIZES E AÇÕES.....                  | 6  |
| 2.1 Econômico e social .....                          | 6  |
| 2.2 Estruturação urbana.....                          | 8  |
| 2.3 Mobilidade urbana.....                            | 10 |
| 2.4 Qualificação ambiental .....                      | 11 |
| 2.5 Proteção do patrimônio histórico e cultural ..... | 13 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                            | 15 |



## APRESENTAÇÃO

Após realizado o diagnóstico, constante no volume anterior, foram elencados objetivos e determinadas diretrizes e ações para a revisão do Plano Diretor, os quais irão definir os temas prioritários para o mesmo, visando maximizar os potenciais e minimizar as deficiências, de forma a ordenar estrategicamente o uso do solo de Pinheiro Preto.

O prognóstico é baseado em fatos e dados atuais, que podem indicar possibilidades futuras. Em suma, o prognóstico é todo o resultado que é tido como uma hipótese ou probabilidade, ou seja, algo que pode acontecer devido as circunstâncias observadas no presente.

Este prognóstico, formulado para a revisão do plano diretor, tomou como base os apontamentos feitos na etapa de diagnóstico, considerando as condicionantes, deficiências e potencialidades em cada eixo analisado, pelos gestores públicos, atores sociais e população em geral. Esses elementos nortearam a proposição dos objetivos, diretrizes e ações com vistas a almejar o desenvolvimento municipal de Pinheiro Preto através da implementação das políticas, configurando um processo de revisão do Plano de forma participativa e democrática.



## 2 OBJETIVOS, DIRETRIZES E AÇÕES

### 2.1 Econômico e social

O desenvolvimento econômico e social deverá acontecer de maneira sustentável utilizando-se dos potenciais humanos e de infraestrutura existentes, visando o estabelecimento de melhor qualidade de vida a todos. As diretrizes estabelecem caminhos para garantia de serviços básicos a todos e de forma igualitária, fortalecendo as fontes de emprego e renda do município. As ações propostas buscam potencializar as qualidades existentes no município nos âmbitos sociais e econômicos, bem como implantar soluções para as demandas existentes, como a exemplo da ampliação de serviços no setor econômico.

Tabela 1 - Eixo econômico e social.

| ECONÔMICO E SOCIAL  |
|---|
| Objetivos   |
| <ul style="list-style-type: none"><li>• Articular o desenvolvimento econômico e ambiental do território de forma planejada e equilibrada;</li><li>• Capacitar o Município para que desempenhe funções estratégicas em âmbito regional;</li><li>• Explorar o potencial dos recursos hídricos para o lazer e recreação;</li><li>• Facilitar a abertura de empresas;</li><li>• Fortalecer os espaços gastronômicos nos meios urbanos e rurais;</li><li>• Garantir a participação de toda a população e setores da sociedade na tomada de decisões inerentes aos processos de planejamento e gestão urbanos;</li><li>• Impulsionar a indústria do Município;</li><li>• Incentivar e explorar o potencial turístico do Município;</li><li>• Incentivar e promover a diversificação de atividades econômicas em todo o Município;</li><li>• Melhor distribuição de equipamentos de segurança pública;</li><li>• Ofertar criação de novas fontes de emprego e renda a população;</li><li>• Orientar as ações dos diversos atores, públicos ou privados, que intervêm sobre o território do Município;</li><li>• Possibilitar a distribuição de infraestrutura urbana e social de forma equilibrada e perante o uso do solo urbano;</li><li>• Possibilitar a permanência de mão de obra qualificada no Município;</li><li>• Potencializar as rotas turísticas já existentes - Rota Vale do Contestado;</li><li>• Potencializar o comércio de produtos locais;</li><li>• Promover a articulação com os demais Municípios da região, para discussão de temas comuns, bem como temáticas de desenvolvimento regional;</li><li>• Promover a justiça social e reduzir as desigualdades, buscando a reversão do processo de segregação socioespacial e o impedimento da prática da especulação imobiliária,</li><li>• Promover eventos culturais;</li><li>• Proporcionar a oferta de serviços públicos de maneira sustentável;</li><li>• Proporcionar o atendimento às necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, justiça social e serviços básicos.</li></ul> |



**Diretrizes**

- Apoiar o desenvolvimento tecnológico, à atração e retenção de novos talentos e negócios;
- Capacitar grupos de agricultores e agropecuaristas;
- Criar áreas industriais de acordo com os diversos níveis de interferência ambiental, de maneira a obter facilidade de escoamento da produção, fácil ligação casa-trabalho, e evitar conflitos entre os usos industriais e residenciais, estimulando a implantação de indústrias não poluentes e de alta tecnologia;
- Criar incentivos fiscais para implantação de empresas, estimado o desenvolvimento econômico nos diversos setores econômicos;
- Desenvolver programas de fomento ao empreendedorismo entre as comunidades rurais;
- Dotar o Município de instrumentos técnicos e administrativos capazes de coibir os problemas do desenvolvimento urbano futuro, antes que os mesmos aconteçam, ao mesmo tempo indicar soluções para os problemas atuais;
- Estimular o desenvolvimento em escala regional, por meio de parcerias entre os Municípios da região, para o desenvolvimento de projetos de interesse comum;
- Estimular o desenvolvimento sustentado e adequado da agroindústria municipal e regional;
- Fortalecer a viticultura e atividades correlacionadas;
- Fortalecer o turismo local e regional;
- Fortalecimento de mecanismos para atender a maior demanda por equipamentos sociais;
- Fortalecimento dos mecanismos de gestão institucional na área de controle urbano e controle social;
- Incentivo a manutenção das pequenas propriedades rurais;
- Incentivo ao desenvolvimento da economia criativa, da economia verde e das tecnologias de informação e comunicação;
- Intensificar os cursos profissionalizantes para qualificação da mão de obra, rural, industrial, turística e pesquisa;
- Manutenção e melhoria dos serviços básicos, a fim de garantir acesso à segurança pública, saúde, educação em áreas urbanas e rurais;
- Melhoria da segurança pública;
- Otimizar a estrutura tributária do Município;
- Otimizar a utilização de equipamentos sociais;
- Possibilitar atrativos para permanência, fortalecimento e renovação das empresas da cidade;
- Potencializar a diversificação de atividades econômicas na indústria e agricultura;
- Prever a organização político-territorial;
- Prever medidas para mitigar eventual processo de gentrificação resultante do desenvolvimento imobiliário;
- Promover a qualificação dos espaços destinados ao lazer e convívio público;
- Promover o desenvolvimento econômico sustentável e apoio aos pequenos e novos negócios;
- Reestruturar e fortalecer os centros comunitários e culturais;
- Rever e implantar incentivos para permanência, fortalecimento e renovação das empresas no Município;
- Utilização do planejamento e do desenho urbano na criação de espaços facilitadores das ações de segurança e de prevenção à criminalidade.

**Ações**

- Adoção de áreas com diversificação de atividades econômicas;
- Criação de atrativos, por meio de programas e políticas, para a instalação de novas atividades econômicas geradoras de emprego e renda no Município;
- Criação de núcleo de estudo de apoio ao turismo (apoio a estudos de viabilidade, busca de recursos, capacitação de mão de obra)
- Criação de programas de capacitação para agricultores e agropecuaristas;
- Criação de programas e políticas para a exploração turística dos patrimônios históricos, culturais e dos recursos naturais existentes no Município;
- Criação de programas para qualificação de mão obra;
- Divulgação do potencial existente - desenvolver o Turismo Rural, o Ecoturismo e o Enoturismo;
- Elaboração de programa de divulgação dos atrativos turísticos;





- Elaboração de programas para a qualificação dos espaços destinados ao lazer e convívio público;
- Implantar centros de educação profissional, desenvolvendo programas e projetos de preparo e formação profissional para jovens e adultos, articulando-os com as políticas de proteção contra o desemprego e a geração;
- Incentivar a criação de cooperativas e associações de produtores rurais;
- Incentivar a implantação de estrutura hoteleira e gastronômica no Município;
- Informatização do processo de análise e aprovação de projetos edifícios e urbanísticos;
- Modernização da estrutura tributária do Município e criação de mecanismos de combate à sonegação de impostos, de modo a aumentar a receita municipal;
- Proporcionar a todos os profissionais de educação infantil e ensino fundamental cursos de capacitação para a educação inclusiva;
- Simplificação no processo de abertura de empresas;
- Viabilizar a implantação de infraestrutura necessária para o desenvolvimento do turismo.

Fonte: CIMCATARINA (2019)

## 2.2 Estruturação urbana

Os propósitos da estruturação urbana são a diversificação no uso do solo, a distribuição adequada das ocupações perante o solo urbano e sistema viário, otimização da infraestrutura social e urbana existente e a inclusão à cidade. Suas diretrizes visam o estabelecimento de normas de uso e ocupação do solo que favoreçam a melhor ocupação do solo e infraestrutura urbana, provendo o desenvolvimento econômico e social do município. Faz-se importante também a inclusão de loteamentos de cunho popular em áreas dotadas de infraestrutura, como medida protetiva a segregação social e espacial. As ações definidas presam melhores condutas na ocupação do solo urbano e rural, visando a qualificação constante dos espaços, além de prever a manutenção do território com boa qualidade ocupacional e também apontando medidas para a integralização regional.

Tabela 2 - Eixo de estruturação urbana.

| ESTRUTURAÇÃO URBANA |  |
|---------------------|--|
| Objetivos           | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar tecnicamente a possibilidade de aumento do gabarito nas edificações do Município;</li> <li>• Estabelecer regulamentação urbanística e edilícia para a área rural;</li> <li>• Fomentar a ocupação adequada perante as condicionantes naturais do solo;</li> <li>• Implementar parâmetros urbanísticos que visem o conforto ambiental para o meio urbano;</li> <li>• Incentivar a ocupação preferencialmente em locais dotados de infraestrutura urbana;</li> <li>• Oportunizar novas áreas industriais e tecnológicas nas proximidades da SC-135;</li> <li>• Otimizar a infraestrutura existente;</li> <li>• Promover a inclusão social e a cidade legal;</li> <li>• Promover a utilização de áreas subutilizadas;</li> <li>• Promover e incentivar a diversificação de atividades nas regiões periféricas da cidade;</li> <li>• Promover o equilíbrio visual entre os diversos elementos que constituem a paisagem urbana;</li> <li>• Revisar códigos urbanísticos e edifícios.</li> </ul> |



**Diretrizes**

- Adequar o perímetro urbano as tendências de crescimento considerando a infraestrutura existente;
- Aprimorar a regularização e a incorporação de assentamentos de interesse social consolidados à estrutura urbana;
- Coibir da abertura de novos loteamentos distantes da malha urbana existente, como forma de coibir vazios urbanos e a segregação espacial;
- Cooperar para a implantação de serviços de comunicação em todas as localidades rurais;
- Criar áreas industriais de acordo com os diversos níveis de interferência ambiental, de maneira a obter facilidade de escoamento da produção, fácil ligação casa-trabalho, e evitar conflitos entre os usos industriais e residenciais, estimulando a implantação de indústrias não poluentes e de alta tecnologia;
- Definição de áreas para aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade;
- Direcionar o crescimento da ocupação e expansão do território para áreas propícias à urbanização;
- Dotar de função o patrimônio público e privado, atualmente subutilizado;
- Elaborar e implantar políticas habitacionais;
- Elevar a qualidade do ambiente do Município, por meio da preservação do equilíbrio ecológico e da proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico, arqueológico e paisagístico;
- Estabelecer normas de uso e ocupação do solo urbano e diretrizes para o desenvolvimento rural;
- Favorecer novas ocupações em áreas com menores declividades, desde que estejam providas de infraestrutura básica para ocupação;
- Fortalecer a regulação pública sobre o solo urbano, mediante controle e fiscalização sobre o uso e ocupação do espaço do Município;
- Implantar e melhorar a iluminação pública urbana;
- Implementar instrumentos do Estatuto da Cidade e do Código Civil;
- Instituição de regras e parâmetros de controle da expansão do perímetro urbano;
- Instituir o sistema municipal de planejamento e gestão territorial descentralizado;
- Priorização do adensamento de áreas já urbanizadas e a utilização dos imóveis vazios e subutilizados;
- Regularização das faixas de domínio da linha férrea;
- Utilização de parâmetros urbanísticos que auxiliam a segurança pública, como o exemplo do uso de fachadas ativas em áreas comerciais e de serviços;
- Vincular o uso e a ocupação do solo às características ambientais e às vocações apresentadas pela evolução do Município, fomentando o uso misto, sempre que possível.

**Ações**

- Adoção da tabela CNAE, para classificação de usos e compatibilização de serviços;
- Adoção de uso de atividade mistas nas regiões periféricas, em que se apresentam usos predominantemente residencial, visando o acesso a bens e atividades, diminuindo assim os deslocamentos;
- Adoção de zonas com densidades proporcionais à infraestrutura existente;
- Atualização permanente do cadastro imobiliário;
- Criação de corredores de integração regional;
- Criação de instrumentos para regulamentação das edificações em áreas rurais;
- Criação de parâmetros urbanísticos que auxiliam a segurança pública, como a exemplo do uso de fachadas ativas em zonas comerciais;
- Criação de programas para requalificação de espaços urbanos em desuso;
- Implantação de áreas para atividades industriais em locais dotados de infraestrutura condizente a atividade, principalmente para a indústria de sucos e vinhos;
- Implantação de loteamento e edificações de cunho popular em locais já dotados de infraestrutura, preferencialmente em áreas de vazios urbanos;
- Implantação de novas áreas industriais e serviços nos entornos da SC-135;
- Implantação de novas ocupações em áreas com menores declividades, desde que estejam providas de infraestrutura básica para ocupação;
- Implantação de sistemas de fiscalização e monitoramento, que visem a coibição de ocupações irregulares;



- Implantação de instrumentos urbanísticos que fomentem a preservação da paisagem rural;
- Implantação de zoneamentos que visem o desenvolvimento sustentável e econômico das áreas urbanas e rurais;
- Implantação e ampliação dos serviços de tecnologia e comunicação;
- Indução da ocupação das áreas não edificadas, subutilizadas ou não utilizadas que já possuem infraestrutura urbana;
- Manutenção das áreas indústrias consolidadas;
- Manutenção dos parâmetros urbanísticos que auxiliam no aproveitamento da infraestrutura existente.

Fonte: CIMCATARINA (2019)

## 2.3 Mobilidade urbana

A intenção da mobilidade urbana em Pinheiro Preto é a promoção ao acesso universal a cidade a todos os munícipes, por meio de infraestrutura urbana adequada para tal. Além da integração dos sistemas de modais coletivos e não motorizados. Visa criar direções para melhoria dos sistemas de mobilidade urbana municipal e regional, de modo ordenar os sistemas. As ações referentes a mobilidade buscam instaurar no município boas condições de infraestrutura de mobilidade urbana, de forma qualitativa onde os cidadãos possam mover-se de forma autônoma e eficaz.

Tabela 3 - Eixo de mobilidade urbana.

| MOBILIDADE URBANA   |
|---|
| <b>Objetivos</b>  |
| <ul style="list-style-type: none"><li>• Criar rotas secundárias em áreas de maior fluxo e acessos a polos geradores de tráfego;</li><li>• Implantar ciclofaixas e rotas acessíveis;</li><li>• Incentivar e qualificar o transporte público;</li><li>• Instalar novas modalidades de transporte;</li><li>• Integrar modais de transporte;</li><li>• Melhorar a mobilidade regional;</li><li>• Possibilitar o uso de modais não motorizados;</li><li>• Promover a acessibilidade universal no meio urbano.</li></ul>  |
| <b>Diretrizes</b>   |
| <ul style="list-style-type: none"><li>• Articular para a operação da ferrovia (para carga ou para turismo);</li><li>• Complementar o sistema viário, promovendo a ligação entre bairros;</li><li>• Garantir a acessibilidade urbana aos portadores de necessidades especiais e mobilidade reduzida;</li><li>• Implantar e qualificar o transporte coletivo público;</li><li>• Implementar programa de pavimentação das vias;</li><li>• Integração entre modais;</li><li>• Integrar o sistema viário, transporte e uso do solo;</li><li>• Integrar o transporte coletivo, entre suas linhas e entre outros modais de transporte;</li><li>• Melhorar as condições de segurança e facilidade de trânsito aos ciclistas;</li><li>• Ordenar o tráfego, especialmente nas áreas centrais;</li><li>• Padronização de calçadas e adequação das existentes em acordo com normas técnicas vigentes;</li><li>• Priorização no espaço viário do transporte público coletivo em relação ao individual;</li></ul> |



|  |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prover um sistema de mobilidade urbana que atenda aos usuários de todas as modalidades de transporte;</li> <li>• Reestruturar a sinalização viária;</li> <li>• Reestruturar e complementar os sistemas viários básico e estrutural.</li> </ul>  |
| <p><b>Ações</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação e padronização da rede de calçadas e espaços públicos de circulação de pedestres as normativas de acessibilidade universal;</li> <li>• Buscar recursos para projetos de sinalização viária;</li> <li>• Criação de ações para a conscientização dos munícipes quanto a importância da acessibilidade nas edificações e passeios, bem como a responsabilidade dos proprietários na manutenção;</li> <li>• Desviar o fluxo dos acessos dos polos geradores de tráfego e das vias com grandes ocorrências de congestionamentos, através de rotas secundárias;</li> <li>• Elaboração de medidas para a conscientização comportamental no trânsito;</li> <li>• Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana, visando atender e solucionar as demandas existentes;</li> <li>• Elaboração de planos de gestão e manutenção das demandas de infraestrutura viária;</li> <li>• Elaboração de planos para integração intermodal de transportes;</li> <li>• Implantação de ciclofaixas e/ou ciclovias;</li> <li>• Implantação de infraestruturas do sistema de transporte coletivo público (ônibus, pontos de parada, terminais intermodais, etc;), com constante aprimoramento de seus serviços nos meios urbano e rural;</li> <li>• Implantação de passarelas, como medida de segurança na travessia na SC-135;</li> <li>• Implantação de pisos drenantes em vias locais;</li> <li>• Implantação de rotas acessíveis que possibilitam a conexão entre os equipamentos públicos e a ligação ao sistema de transporte público coletivo;</li> <li>• Manutenção periódica das estradas vicinais.</li> </ul> |

Fonte: CIMCATARINA (2019)

## 2.4 Qualificação ambiental

Os desígnios da qualificação ambiental em Pinheiro Preto são a preservação e a manutenção do meio ambiente, bem como a criação de áreas verdes de lazer, com intuito da melhoria da ambiência urbana. Suas diretrizes estimulam a distribuição equitativa da infraestrutura de serviços públicos básicos, de forma a minimizar os riscos ao meio ambiente. A conscientização ambiental é vital para a implantação das diretrizes de qualificação ambiental, tanto no meio urbano quanto no meio rural. Já as ações de qualificação ambiental são preventivas e também buscam minimizar ou neutralizar os efeitos de ocupações em áreas indevidas. Além de visarem a qualificação e implantação de espaços verdes de lazer e recreação.

Tabela 4 - Eixo de qualificação ambiental.



## QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL

### Objetivos

- Ampliar os serviços de saneamento básico;
- Coibir ocupações em áreas de risco geológico e/ou hidrológico;
- Estudar medidas mitigadoras para áreas de risco geológico e de inundação;
- Garantir o desenvolvimento urbano de forma ecologicamente sustentável, tendo na preservação do meio ambiente uma vantagem competitiva;
- Implantar parques lineares e ecológicos;
- Incentivar projetos de edificações com alternativas sustentáveis;
- Melhorar o condicionamento térmico na área urbana;
- Preservar o meio ambiente;
- Revitalizar os espaços de lazer e recreação existentes;

### Diretrizes

- Aprimoramento da política de proteção, conservação e recuperação dos ambientes naturais presentes na cidade, com atenção especial aos recursos hídricos e à biodiversidade existente;
- Considerar os impactos das mudanças climáticas, na qual se busca o fortalecimento da consciência da população, da eficiência energética e de critérios de concepção de infraestruturas resistentes aos eventos climáticos extremos;
- Controlar o despejo de resíduos nos cursos d'água de Pinheiro Preto;
- Criação de espaços verdes para lazer e recreação, especialmente nas margens do Rio do Peixe;
- Criação de políticas de fiscalização e gestão da produção animal em áreas de interesse ambiental;
- Criar programas de conscientização ambiental;
- Criar unidades de conservação municipal;
- Diminuir, controlar e minimizar a utilização de defensivos agrícolas;
- Distribuição equitativa de espaços de lazer, mobiliário urbano e infraestrutura de serviços públicos em todo Município;
- Enquadrar as indústrias nos padrões ambientais legais;
- Fortalecer a relação entre o cidadão e o meio ambiente;
- Gerenciamento de áreas de riscos geológicos e hidrológicos;
- Implantar a rede de coleta e sistema de tratamento de esgoto em todo o perímetro urbano;
- Implantar medidas para conservação do solo;
- Incentivar estudos técnicos para mitigar ou eliminar eventos oriundos de riscos de geológicos e hidrológicos;
- Incentivos para ampliação da cobertura do solo em áreas de encostas;
- Melhorar a paisagem territorial com implantação de mobiliário e arborização urbana;
- Minimizar o impacto ambiental gerado pelos dejetos;
- Monitoramento de encostas e elaboração de planos de contingência;
- Preservar e recuperar as áreas de preservação permanente bem como estabelecer medidas para preservação das reservas florestais nativas existentes nas áreas urbanas e rurais;
- Prever e garantir o abastecimento futuro de água;
- Proteger o meio ambiente, e com ele o ser humano, de qualquer forma de degradação ambiental, mantendo a qualidade de vida urbana;
- Proteger parques e bosques, estabelecendo ou fortalecendo o manejo das áreas de amortecimento nos respectivos entornos;
- Reestruturar e ampliar os espaços públicos e áreas verdes;
- Restrição e coibição de ocupações em áreas de risco geológicos;
- Revitalização das margens do Rio do Peixe e seus afluentes;
- Universalização do acesso ao saneamento básico, otimização do uso do território, a inovação tecnológica e a promoção de padrões de produção e consumo de água e energia sustentáveis.

### Ações





- Aplicação de legislação e medidas técnicas pertinentes no controle de ocupações em áreas suscetíveis a riscos geológicos e/ou hidrológicos e em situação de vulnerabilidade socioambientais, com constante mapeamento e gerenciamento das áreas, de forma a mitigar e prever situações de desastres;
- Criação de espaços verdes para lazer e recreação;
- Criação de incentivos fiscais para manutenção e preservação de áreas de preservação permanente;
- Criação de incentivos para ampliação da cobertura do solo em áreas de encostas;
- Criação de parques lineares nas margens do Rio do Peixe;
- Criação de programa de conscientização ambiental para a população;
- Determinar e assegurar investimentos públicos prioritários na promoção do saneamento ambiental, para implantar e melhorar a rede de infraestrutura urbana, no que tange ao abastecimento de água potável, sistema de coleta de esgoto, drenagem urbana e coleta de lixo, fomentando o crescimento progressivo do atendimento a todo o Município;
- Criar legislação para instalação de cisternas para coleta de água de chuva em edificações;
- Expansão e manutenção dos serviços relacionados ao saneamento básico municipal;
- Gestão, licenciamento e fiscalização da produção animal, principalmente no que diz respeito ao tratamento e disposição de dejetos, de modo a impedir a poluição ambiental decorrente destas atividades;
- Implantação de políticas para consumo consciente;
- Implantação de programas de arborização urbana, afim de proporcionar melhores condições térmico-ambientais;
- Implantação de programas para o atendimento saneamento básico em áreas rurais;
- Implantação de sistema de cisterna, visando diminuição da sobrecarga do sistema de drenagem pluvial e redução do consumo d'água potável para fins não nobres;
- Manutenção e monitoramento constante de áreas de preservação permanentes;
- Monitoramento e manutenção da biodiversidade no meio urbano e rural – fauna e flora;
- Pactuar com as concessionárias de energia e telecomunicações a substituição gradual das redes de distribuição aérea pelo sistema subterrâneo;
- Regulamentar a disposição de publicidade ao ar livre e compatibilizar os projetos de sinalização viária, de modo a priorizar a percepção e a visualização do espaço urbano pelo cidadão;
- Sensibilizar a população para práticas e atitudes preventivistas, como princípio à sua proteção e defesa.

Fonte: CIMCATARINA (2019)

## 2.5 Proteção do patrimônio histórico e cultural

O escopo do eixo de proteção do patrimônio histórico-cultural busca incentivar e preservar a cultura e o patrimônio histórico de Pinheiro Preto, como medida de preservação da memória do povo, além do incentivo a exploração das potencialidades turísticas do município. Suas diretrizes e ações visam fomentar o desenvolvimento e manutenção dos aspectos que envolvem o patrimônio histórico-cultural.



Tabela 5 - Eixo proteção do patrimônio histórico e cultural.

| PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL |  |
|---|--|
| <b>Objetivos</b>                            |  |
|   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conservar a paisagem rural;</li> <li>• Conservar eventos tradicionais e religiosos;</li> <li>• Fomentar a preservação do patrimônio histórico material e imaterial do Município;</li> <li>• Melhorar a paisagem urbana;</li> <li>• Promover a preservação da cultura do Município.</li> </ul>   |
| <b>Diretrizes</b>                           |  |
|   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar a criação e manutenção dos espaços culturais do Município;</li> <li>• Criar áreas de preservação histórico cultural e ambiental nas proximidades do conjunto ferroviário;</li> <li>• Elaborar e implantar o plano de preservação do patrimônio histórico;</li> <li>• Envolver a população na identificação, valorização, conservação e proteção da paisagem urbana e marcos referenciais;</li> <li>• Estimular a criação e o crescimento de grupos preservacionistas de tradições;</li> <li>• Estimular a cultura local;</li> <li>• Estimular a restauração de edificações e monumentos de importância histórica e arquitetônica;</li> <li>• Estimular e preservar o idioma dos imigrantes e dialetos locais;</li> <li>• Estimular o modo de vida rural;</li> <li>• Incentivos fiscais para conservação de edifícios históricos;</li> <li>• Manutenção da paisagem rural;</li> <li>• Proceder ao tombamento de edificações e monumentos de importância histórica e arquitetônica;</li> <li>• Promoção de equilíbrio visual entre diversos elementos que constituem a paisagem urbana;</li> <li>• Proteger os patrimônios ambientais, históricos e culturais;</li> <li>• Recuperar e valorizar a identidade local;</li> <li>• Valorizar a história do Município, através do estímulo e preservação do idioma dos imigrantes e cultura local.</li> </ul> |
| <b>Ações</b>                                |  |
|   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de incentivos fiscais para manutenção de edifícios históricos;</li> <li>• Criação de programa para a manutenção do patrimônio histórico material e imaterial do Município;</li> <li>• Criação de programas para o envolvimento da população na identificação, valorização e proteção da paisagem urbana e rural;</li> <li>• Decretar o tombamento de edificações e monumentos de importância arquitetônica e histórica;</li> <li>• Elaboração de programas para conservação de edificações e sítios históricos;</li> <li>• Elaboração de programas para inclusão e incentivo à cultura;</li> <li>• Elaboração e levantamento do inventário de bens culturais do Município.</li> </ul>   |

Fonte: CIMCATARINA (2019)



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O prognóstico do município busca balizar as medidas necessária para a revisão da legislação urbanística, atendo as demandas averiguadas na leitura técnica e comunitária do município, apontando diretrizes, metas e ações para o desenvolvimento territorial ordenado e equilibrado da cidade.

Observando os aspectos levantados neste prognóstico, nota-se que as principais demandas da revisão do plano diretor são: a diversificação de atividades econômicas; promoção de emprego e renda; qualificação das ocupações; criação de novas áreas industriais, pesquisa e de inovação; necessidade de espaços para lazer e recreação dos munícipes; coibição de ocupações em áreas de risco (hidrológicos e geológicos); preservação do patrimônio histórico-cultural do município; melhorias na infraestrutura do saneamento básico; e medidas para desenvolvimento econômico de empresas e de pequenas propriedades rurais.

Assim sendo, a revisão dos códigos edilícios e urbanísticos deverão considerar o prognóstico do município de Pinheiro Preto.





[www.cimcatarina.sc.gov.br](http://www.cimcatarina.sc.gov.br)

**Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar,  
Sala 1305 – Bairro Canto, CEP 88.070-800,  
Florianópolis/Estado de Santa Catarina**

